

bro de 2011, com a redação que lhe foi conferida pela declaração de retificação n.º 1810/2011, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 25 de novembro de 2011, é reconhecido o relevante interesse público da construção de nova ponte sobre a foz do rio Dão, ao quilómetro 75 + 310 do IP 3, respetivos acessos e demolição da ponte atual.

6 de setembro de 2012. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*. — O Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Pedro Afonso de Paulo*.

206374541

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

Despacho n.º 12131/2012

Para assegurar o normal funcionamento dos serviços, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação introduzida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego as minhas competências no Diretor de Serviços de Agricultura e Pescas, Eng.º António Manuel Faria Camarate de Campos, nas minhas ausências, faltas ou impedimentos, com efeitos reportados ao dia 13 de agosto de 2012.

Delego, também, neste dirigente, com efeitos reportados a 13 de agosto de 2012, a competência para praticar os seguintes atos:

1 — Autorizar a realização das despesas previstas:

1.1 — Na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, até ao limite de 50.000 euros;

1.2 — Na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, até ao limite de 100.000 euros;

1.3 — Na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, até ao limite de 200.000 euros.

5 de setembro de 2012. — O Diretor Regional, *Francisco M. Santos Murteira*.

206375449

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Aviso (extrato) n.º 12244/2012

Ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que os trabalhadores abaixo indicados, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cessaram funções a partir de 2012-08-01, por motivo de aposentação.

Rosa Maria Azeredo Lobo Cirne Pinto de Oliveira — Assistente técnica
Ana Maria Lopes de Carvalho — Assistente técnica
Maria de Fátima Beleza Bastos — Técnica superior
Manuel Augusto Battaglia Seleiro — Técnico superior

7 de setembro de 2012. — A Diretora de Administração e Recursos Humanos, *Isabel Sá Costa*.

206377028

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12132/2012

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 46/2012, de 14 de fevereiro, diploma que aprova a orgânica da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED, I. P.), este instituto público dispõe, como órgãos consultivos, comissões técnicas especializadas constituídas por personalidades com qualificações e experiência nas respetivas áreas.

Nos termos previstos na alínea *c*) do n.º 2 do citado artigo 8.º, a Comissão da Farmacopeia Portuguesa é uma comissão técnica especializada do INFARMED, I. P., à qual compete, genericamente, elaborar, rever, atualizar e interpretar a *Farmacopeia Portuguesa*, bem

como emitir parecer, sempre que solicitada, sobre os assuntos com esta conexos.

Ainda de acordo com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 46/2012, de 24 de fevereiro, os membros das comissões técnicas que sejam trabalhadores em funções públicas no Ministério da Saúde ou que não detenham qualquer relação jurídica de emprego público são designados, mediante proposta do conselho diretivo do INFARMED, I. P., por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde.

Considerando a proposta do conselho diretivo do INFARMED, I. P., e nos termos e ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 46/2012, de 24 de fevereiro, determina-se o seguinte:

1 — São nomeados membros da Comissão da Farmacopeia Portuguesa:

a) Doutora Ana Paula Rodrigues Martins, especialista em farmacognósia e fitoquímica, técnica superior na Direção de Avaliação de Medicamentos do INFARMED, I. P.;

b) Dr.ª Maria Helena Pinto Ferreira, médica, perita em plantas medicinais, assistente graduada de medicina geral e familiar no Centro de Saúde de Alcântara;

c) Mestre Luís Miguel Meirinho Soares, bioquímico, perito em microbiologia, diretor do Laboratório de Biologia e Microbiologia do INFARMED, I. P.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

13 de julho de 2012. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

206374217

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Despacho n.º 12133/2012

1 — Por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.) de 9 de agosto de 2012, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e dada a vacatura do lugar, é nomeada, em regime de substituição, no cargo de Coordenadora da Unidade de Gestão do Risco, cargo de direção intermédia de 2.º grau, a licenciada Carla Maria Ferreira Oliveira, cuja competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação se afiguram plenamente adequadas ao desempenho do cargo, como demonstra a síntese curricular que se publica em anexo.

2 — A nomeada é autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 31.º da mencionada Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de setembro de 2012.

3 de setembro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Prof. Doutor João Carvalho das Neves*.

Síntese curricular

Dados pessoais:

Nome: Carla Maria Ferreira Oliveira.

Data de nascimento: 21 de julho de 1969.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 1992.

Experiência profissional:

Desde março de 2006 — Inspectora na Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (IGOPTC), tendo coordenado e participado em várias ações de Auditoria e Inspeção, realizadas junto dos serviços, entidades reguladoras e empresas do Setor Empresarial do Estado sob tutela do ex. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, atual Ministério da Economia e do Emprego.

De março de 2001 a fevereiro de 2006: Inspectora na Inspeção-Geral da Administração Pública (IGAP), tendo realizado Auditorias de Gestão Global a diversos organismos da Administração Central do Estado, com funções nas áreas económica e financeira e de análise da organização e funcionamento dos serviços.

De agosto de 1993 a fevereiro de 2001: Técnica superior da Direção-Geral do Comércio, tendo exercido funções na área dos sistemas de incentivos ao comércio e serviços (SIMC, e PROCOM/POE), designadamente projetos de urbanismo comercial, integradores da função